

**FUNDO CATULLO BRANCO:****OS DESAFIOS NO DESENVOLVIMENTO DA ORGANIZAÇÃO ARQUIVÍSTICA**

Juliana Bauer de Oliveira PIMENTEL\*

Maria Blassioli MORAES

**Resumo:** O artigo pretende discutir os problemas decorrentes da fragmentação de um fundo entre duas ou mais instituições de guarda e o desafio que se apresenta, no momento da organização, quando há a necessidade de compreender a lógica de sua acumulação. Para tanto, relataremos o caso da documentação acumulada pelo engenheiro Catullo Branco e doada por sua família, após a sua morte, para três instituições diferentes. Para a Companhia Energética de São Paulo - CESP foi doada a documentação referente à sua atividade profissional, ao Instituto de Estudos Brasileiros - IEB/USP foi entregue parte de sua biblioteca e ao Instituto Astrojildo Pereira, criado por intelectuais vinculados ao Partido Comunista Brasileiro – PCB, foi destinada a documentação referente à sua atuação política.

**Palavras-chave** Catullo Branco, princípio da proveniência, fragmentação

**Abstract:** This article intends to argue the decurrent problems of dispersion a documentary set between two or more institutions and the challenge that it presents at the moment of the organization when we have necessity to understand the logic of your accumulation. For in such a way we will present the case of the engineer Catullo Branco's documentation that was donated by his family, in occasion of his death, to three different institutions. To Companhia Energética de São Paulo - CESP, was donated the documentation referring to his professional activity, to the Instituto de Estudos Brasileiros – IEB/USP, was delivered part of his library and to the Instituto Astrojildo Pereira, servant for intellectuals of the Brazilian Communist Party, was donated the documentation referring to his performance politic.

**Key words:** Catullo Branco, respect of the funds, dispersion

Ao iniciarmos a organização do fundo Catullo Branco, sobre o qual a Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento obteve, em 1998, a aquisição transmitida pela Companhia Energética de São Paulo – CESP, nos deparamos com problemas decorrentes da fragmentação de seu acervo entre várias instituições. A primeira dificuldade foi tomar conhecimento da totalidade da documentação e sobre a destinação que a família, por ocasião da morte do titular, tinha dado àquele conjunto. A segunda questão foi pensar sobre qual tratamento arquivístico daríamos a essa documentação, uma vez que ela se encontra sob a guarda de diferentes instituições, mas participou de uma mesma lógica de acumulação. São essas questões que pretendemos abordar, ao longo deste trabalho. Para tanto, optamos por

dividi-lo em quatro partes. Na primeira parte, apresentamos uma biografia resumida de Catullo Branco; na segunda, caracterizamos a documentação que está sob a guarda da Fundação Energia e Saneamento e, por fim, falamos de sua história arquivística e do caminho que estamos percorrendo para proceder à organização desse fundo.

### ***Catullo Branco: sua trajetória***

Catullo Flaquer Branco, filho de Joaquim Mateus Branco e de Olympia Flaquer Branco, nasceu na cidade de São Paulo, a 30 de maio de 1900. Viveu, com seus três irmãos, Branco, Plínio e Celina, numa família que apresentava contrastes ideológicos, pois, de um lado, o irmão de sua mãe, senador José Flaquer, defendia a manutenção da ordem política então estabelecida no final do século XIX, e, por outro lado, seu pai, Joaquim Branco, engenheiro, participava dos ideais abolicionistas e defendia o desenvolvimento dos serviços públicos considerados, hoje, como básicos, como a instalação de sistemas de esgotos e da iluminação elétrica nas cidades paulistas.<sup>1</sup>

Em 1910, sua irmã Celina recebeu uma bolsa de estudos de violino, o que resultou na mudança da família para Bruxelas, Bélgica, onde permaneceu até o início da I Guerra Mundial. Em 1914, já de volta a São Paulo, passaram a viver no bairro da Bela Vista, próximo ao Largo do Coração de Jesus, local onde Catullo conheceu sua esposa, Josephina Murgel. Em 1918, ingressou na Escola Politécnica de São Paulo onde, em 1924, formou-se engenheiro, assim como seu irmão Plínio.

A partir de um curso ministrado pelo engenheiro Luiz e Anhaia Melo, no Instituto de Engenharia de São Paulo, e que discutia a otimização e fiscalização dos serviços de utilidade pública, os irmãos Plínio e Catullo tiveram maior contato com as questões relacionadas à regulamentação dos serviços públicos realizados pelas empresas concessionárias, tema que esteve sempre presente nas preocupações e estudos de Catullo.<sup>2</sup> Em 1928, Catullo Branco ingressou na Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado de São Paulo, atuando no Serviço Ferroviário e, em 1930, passou a integrar a Inspetoria de Serviços Públicos, órgão responsável pela fiscalização das empresas fornecedoras de energia elétrica e pela elaboração de projetos para novas usinas. Integrando a 1ª seção dessa repartição, Catullo participou de inúmeros projetos relacionados à engenharia hidrelétrica.

Idealizou e realizou inúmeros estudos sobre a energia eólica e a hidrelétrica e sobre o uso múltiplo dos recursos hídricos do Estado de São Paulo, os quais deram origem a publicações e manuais destinados aos alunos do Instituto de Tecnologia de São Paulo, para os quais Catullo lecionou. Seus estudos tinham como cerne a busca por melhores soluções para o aproveitamento dos recursos hídricos nacionais em regiões concedidas ou pretendidas por empresas estrangeiras, que detinham o monopólio sobre a produção de energia elétrica, no

Brasil. Desse impasse é que vai surgir a oposição de Catullo Branco em relação a The São Paulo Tramway, Light and Power Co. Ltd. (a chamada Light), empresa que detinha a concessão para a produção e distribuição de energia elétrica, em São Paulo, e a The Electric Bond and Share Co., detentora de concessões para a produção e distribuição de energia em áreas como Jundiaí ao Rio de Janeiro e em outros Estados do país.

Também, nesse sentido, se deu a sua participação no movimento da Aliança Nacional Libertadora, na Revolução Constitucionalista de 1932, na qual atuou como capitão, no forte de Itaipu e, seu ingresso no Partido Comunista Brasileiro-PCB, pelo qual se candidatou e elegeu-se deputado constituinte, em 1946. Durante o período em que ocupou a cadeira na Assembléia, continuou a ressaltar a necessidade de desenvolver, no país, alternativas eficientes e econômicas para a produção energética. Para Catullo, o caminho para o desenvolvimento nacional estava pautado, sobretudo, no correto aproveitamento dos seus recursos naturais, em detrimento das concessões que empresas estrangeiras obtinham para explorar esses recursos que priorizavam, não o desenvolvimento econômico e social, mas o seu próprio enriquecimento. Um ano após ter sido eleito deputado estadual pelo PCB, teve seu mandato cassado, assim como ocorreu com todos os deputados eleitos pelo Partido, sendo que, na ocasião, proferiu o seu último discurso na Assembléia Legislativa, repudiando a cassação.

Ao longo dos 30 anos de atuação profissional na Secretaria de Viação e Obras Públicas, Catullo Branco esteve à frente de vários projetos e estudos hidrelétricos. Entre eles, podemos citar o realizado em Caraguatatuba, em Capivari-Monos e o de Barra Bonita como os mais significativos, tanto pelo caráter empreendedor, quanto pelo seu envolvimento em questões diretamente relacionadas à Light. Seus estudos resultaram em diversas publicações técnicas de livros como *Instalações Eólicas para produção de energia elétrica* (1935), *Produção hidrelétrica: fatores econômicos* (1936), *Energia elétrica e capital estrangeiro no Brasil* (1975), e de inúmeros artigos divulgados em jornais e revistas especializadas.

#### Caraguatatuba

Os estudos hidrológicos realizados no curso superior do rio Paraíba foram iniciados pela Light, em 1921, e, cinco anos mais tarde, essa empresa obteve a concessão do governo paulista para a implantação de um projeto de aproveitamento hidrelétrico através da utilização das águas dos rios Peixe, Paraibuna e Paraitinga, que vão formar o rio Paraíba. Por conta de seu alto custo que, de acordo com os estudos levados a cabo pela própria Light, necessitaria da instalação de usinas de bombeamento, o projeto acabou por não ser realizado.

Em 1938, já como engenheiro da Secretaria de Viação e Obras Públicas, Catullo Branco, juntamente com uma equipe de jovens engenheiros e auxiliares, realizou durante três anos um levantamento minucioso daquela área, mesmo sem possuir os recursos e equipamentos de que dispunha a Light. O projeto Caraguatatuba, apresentado por Catullo,

tinha como inspiração um modelo construído e visitado por ele, em 1941, no Vale do Tennessee, Estados Unidos. Em visita às obras do Tennessee Valley Authority (TVA), Catullo se surpreendeu com os múltiplos aproveitamentos dos rios desenvolvidos através daquele projeto, que possibilitava desde a produção de energia até a navegação fluvial e a irrigação. Esse projeto, percebido como modelo, passou a servir de fundamentação para os projetos realizados por ele, a partir de então.

O diferencial do projeto apresentado por Catullo estava, não só na criação de uma hidrovia, mas na implantação do sistema de controle de enchentes, na melhoria das condições de saneamento, no desenvolvimento do turismo e na irrigação das produções de arroz na várzea de Guaratinguetá, como também no reduzido custo da obra que viabilizaria a produção e a distribuição de energia por tarifas inferiores às praticadas pela Light. Porém, em 1946, a Light acabou por obter a concessão para o uso das águas do curso médio do rio Paraíba, o que resultou na implantação da Usina Nilo Peçanha, que, além de ter sido considerada uma obra antieconômica, provocou o secamento quase completo do rio, por causa do desvio de um volume muito grande de suas águas, impossibilitando outra utilização que se pretendesse realizar naquele rio.

#### Capivari-Monos

Durante o período da crise de fornecimento de energia elétrica, em 1942, a Estrada de Ferro Sorocabana demonstrou interesse em construir uma usina para seu próprio abastecimento, no rio Capivari. Catullo iniciou, então, os estudos necessários para a construção de uma usina naquela área, chegando mesmo a construir uma usina-piloto, no local. Devido ao grande número de animais silvestres que podiam ser encontrados naquela região, o engenheiro tinha previsto até a implantação de um jardim zoológico, pensando numa área de lazer para a população local.

Em virtude das pressões exercidas pela Light junto ao governo, a Estrada de Ferro Sorocabana foi impedida de realizar a construção da usina no rio Capivari e Catullo foi obrigado a entregar todos os estudos realizados sobre o projeto. Em 1958, com o projeto inicialmente pensado para a Sorocabana e alterado pela Light, esta empresa construiu uma usina e as águas do Capivari, ao invés de serem lançadas abaixo, foram bombeadas através de uma usina construída pela Light com esse propósito, a fim de chegarem à Represa Billings.<sup>3</sup> Em virtude do alto custo para implantação de tal sistema, a Light e o Estado acordaram que caberia ao segundo as despesas referentes às obras da usina de bombeamento.

#### Barra Bonita

O esboço do projeto da usina hidrelétrica de Barra Bonita foi apresentado por Catullo Branco, em 1942, e também teve como inspiração o modelo Tennessee Valley Authority (TVA), sendo que seus estudos foram focados ao atendimento das necessidades da população local,

no controle de enchentes, na irrigação, no saneamento básico, no lazer, na piscicultura, além, claro, da produção de energia elétrica. Para a realização desses primeiros estudos, foram de grande valia as orientações do professor e engenheiro Arnaldo Pujol, da Escola Politécnica, para solucionar problemas referentes aos acidentes geológicos e à falta de recursos financeiros e tecnológicos.

O projeto da Usina de Barra Bonita foi o primeiro a prever a construção de uma eclusa para navegação e a introduzir o aproveitamento da energia hidráulica dos rios, que antes eram usados apenas nas cachoeiras. Em 1954, com o apoio do engenheiro Lucas Nogueira Garcez, então governador do Estado de São Paulo, o Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, da Secretaria de Viação do Estado de São Paulo, autorizou a realização de novos estudos para o aproveitamento hidráulico integral de todo o curso do rio Tietê aos moldes do TVA. Porém, em 1958, devido a questões políticas, o governador do Estado, Jânio Quadros, determinou o afastamento de Catullo Branco do seu cargo no DAEE, da Secretaria de Viação e Obras Públicas, o que, conseqüentemente, o impediu de atuar na execução do projeto.

A despeito de seu afastamento, as obras prosseguiram normalmente, contudo seu objetivo passou a ser exclusivamente a produção de energia elétrica. O restante do projeto, inspirado no modelo do Vale do Tennessee, foi desconsiderado. Somente em 1967, foi assinado um convênio entre os governos federal e estadual para que as obras de construção das eclusas e de canalização do sistema do Paraná -Tietê fossem retomadas. Seis anos depois, a eclusa de Barra Bonita começou a operar apenas para fins turísticos, sendo que, em 1980, foi inaugurada a hidrovía.

Em 1984, em visita à hidrovía, Catullo foi homenageado pela sua obra pioneira, tendo recebido nessa ocasião o título de Cidadão de Barra Bonita. Em 1989, dois anos após a sua morte, foi aprovada uma lei que regulamentava que a hidrovía Tietê-Paraná passaria a se chamar “Engenheiro Catullo Branco”.

### **O fundo Catullo Branco na Fundação Energia e Saneamento**

Como parte do processo de privatização do setor energético, ocorrido no final da década de 1990, evitando que a cisão das empresas implicasse a fragmentação de seu patrimônio cultural, a Secretaria de Estado de Energia e a direção das companhias energéticas decidiram instituir, em março de 1998, a Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo, instituição de direito privado e sem fins lucrativos. Em dezembro de 2004, foi estabelecida parceria com a Sabesp, a qual passou a integrar o rol de mantenedoras da Fundação, que agregou a missão de estabelecer e organizar o patrimônio histórico do setor de saneamento ambiental no Estado. Assim, a instituição passou a ser chamada Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento-FPHES, ou Fundação Energia e Saneamento.

Responsável pela guarda de 35 fundos e coleções institucionais e pessoais, a Fundação vem desenvolvendo, desde a sua criação, em 1998, inúmeros projetos visando à organização do acervo arquivístico. Totalizando aproximadamente 1500 metros lineares de documentos textuais, 254 mil documentos iconográficos e 8 mil documentos cartográficos, o arquivo da FPHES reúne, hoje, um dos mais importantes dentro das linhas de pesquisa de história da energia e da urbanização da cidade de São Paulo.

Dentre esses 35 fundos e coleções, está a documentação produzida pelo engenheiro Catullo Branco, ao longo de sua atividade profissional, como engenheiro da Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado de São Paulo, de sua atividade política, de sua produção intelectual e documentos como correspondência e fotografias relacionadas a sua família. O conjunto documental compreende o período entre 1901 a 1987.

Apesar de grande parte da documentação ser proveniente da atuação de Catullo Branco como engenheiro, uma pequena parcela, mas significativa, refere-se à sua atuação no Partido Comunista Brasileiro e como deputado estadual. Destacamos a existência de correspondência com outros membros do Partido e da Assembléia Constituinte, textos de discursos e de palestras proferidos durante campanhas eleitorais, panfletos, manifestos, faixas e bandeiras com palavras de ordem.

A importância da documentação do fundo Catullo Branco se dá tanto por suas particularidades, apontadas anteriormente, como por sua complementaridade com outros acervos custodiados pela Fundação. Um exemplo desse fato é o Fundo Paolo Zingales, que, doado à Fundação pelo titular, em 2005, é composto de documentação referente à sua atividade profissional na CESP e em outras empresas de engenharia, no exterior. Constatam documentos referentes aos projetos em que esteve envolvido, como o da Usina de Barra Bonita. Fazem parte, desse conjunto, desenhos técnicos de aspectos da usina, projetos, relatórios, além de registros fotográficos de acompanhamento das obras.

O fundo Catullo Branco é composto de 24 metros lineares, sendo que está disposto em caixas-arquivo de papel cartão, canudos, pastas e caixas de papelão, que guardam documentos textuais, cartográficos, clichês tipográficos e documentos fotográficos, como álbuns com ampliações, negativos 35mm, diapositivos em vidro flexível e fotografias avulsas. Ressaltamos que, em nosso diagnóstico, observamos que esses acondicionamentos são inadequados para a guarda, sendo que, posteriormente, serão reacondicionados.

A documentação textual compreende correspondência pessoal e profissional, artigos para jornais e revistas, comunicações proferidas em palestras, congressos e simpósios, de autoria de Catullo e de outros autores, rascunhos e minutas de livros, dossiês de projetos de engenharia, separatas de revistas, desenhos técnicos, relatórios de atividades, gráficos, panfletos, prospectos, textos de referência, recortes de jornais e de revistas, entre outros. Encontramos a documentação organizada por dossiês de assuntos e de projetos de

engenharia e acondicionada em caixas-arquivo. Cada caixa possui uma etiqueta, indicando o assunto ou o projeto a que a documentação se refere.

Detalhamos, a seguir, o conteúdo de 2 dossiês que comportam documentos textuais e cartográficos:

**Dossiê: Projeto Usina de Barra Bonita**

- Relatório de desenvolvimento dos trabalhos referente ao projeto de Barra Bonita (195-)
- Anteprojeto da Usina de Barra Bonita desenvolvido por Catullo (31/03/1951)
- Concorrência pública para fornecimento de equipamentos hidráulicos, elétricos e mecânicos e desenhos técnicos dos equipamentos (06/1956)
- Estudo sobre medidas de descarga nos rios Tietê – Barra Bonita, Paranapanema e Salto Grande (1944 e 45)
- Solicitação de informações do Executivo sobre o projeto de Barra Bonita (1956)
- Plantas e gráficos sobre Barra Bonita
- Recortes de jornais e revistas, entre eles “De Barra Bonita a Itaipu” (1979 – 1985)
- Documentação para contratação de especialista em construção de barragens
- Planta com perspectiva da futura Usina de Barra Bonita
- Planta de aproveitamento do rio Tietê para fins múltiplos
- Planta de aproveitamento hidráulico para o rio Tietê
- Quadro econômico comparativo das usinas de Barra Bonita e Salto Grande

**Dossiê: Projeto Capivari-Monos**

- Minuta do ajuste estabelecendo as condições para fornecimento de energia elétrica à Estrada de Ferro Sorocabana pela Light & Power
- Artigo “A energia elétrica e a Indústria” ano II, nº14, 04/1950
- Gráfico sobre racionamento de energia elétrica (1953-1961)
- Resumo dos estudos de aproveitamento do rio Capivari
- Plano geral dos trabalhos para montagem da Usina Capivari
- Mapa da linha de Mayrink a Santos
- Estudo sobre o dimensionamento da tubulação de alta pressão
- Correspondência enviada por Catullo ao diretor da Estrada de Ferro Sorocabana, Dr. Orlando D. Murgel, sobre a vantagem da implantação de uma usina própria para o abastecimento da EFSJ (1940)
- Relatório técnico da Usina de Capivari
- Projeto de reversão do rio Capivari

- Estudos para instalação de uma usina hidrelétrica na Capivari-Monos
- Palestra proferida por Catullo no Rio de Janeiro e em São Paulo sobre a Usina de Capivari-Monos
- Planta do local da usina provisória, mostrando o rio Capivari-Monos
- Planta topográfica da região entre o vertedouro e o RNF
- Planta geral entre a cachoeira e o RNF
- Planta de aproveitamento hidráulico do rio Capivari, mostrando boca de túnel entre as estacas 51 e 57
- Aproveitamento hidráulico do rio Capivari, planta de locação da boca do túnel
- Usina provisória do Capivari (casa de moradia para usineiro)

A documentação cartográfica do Fundo Catullo Branco encontra-se acondicionada em canudos e é composta por plantas, mapas e desenhos técnicos referentes aos projetos nos quais ele esteve envolvido e material de referência para demais estudos, além de documentação relacionada à sua atividade acadêmica como aluno da Escola Politécnica de São Paulo.

A documentação fotográfica compreende registros fotográficos de viagens de lazer e de trabalho, de familiares e de amigos. Registram aspectos de usinas e de barragens no Brasil e no exterior e os estudos de campo para produção de energia por fontes alternativas.

Os cerca de 250 clichês tipográficos são gráficos, tabelas, imagens de usinas e barragens que foram utilizados por Catullo Branco, para constarem de suas publicações.

O volume documental relativo às publicações inclui livros e revistas relacionados à produção de energia elétrica, engenharia hidrelétrica, aproveitamento de recursos naturais, crise de energia elétrica, concessões de serviços públicos a empresas estrangeiras, entre outras questões concernentes à sua atividade profissional. Esses documentos constituíam a biblioteca de Catullo Branco, sendo que outros segmentos da sua biblioteca encontram-se no Instituto de Estudos Brasileiros - IEB/USP e no Arquivo Edgard Leuenroth - AEL/ UNICAMP. Dentre os periódicos existentes, podemos citar 4 coleções de revistas: *Revista Politécnica*, *Boletim do Instituto de Engenharia*, *Boletim Informativo da Secretaria de Viação e Obras Públicas de Pernambuco* e *Revista de Engenharia*.

### **Fundo Catullo Branco: sua dispersão**

Zillah Murgel Branco, sobrinha de Catullo Branco, foi responsável pela doação de seu arquivo e de sua biblioteca para instituições custodiadoras<sup>4</sup> desses acervos. Pouco após a morte de Catullo, em 1987, iniciaram-se os processos de doações, quando seu acervo foi fragmentado entre diferentes instituições, escolhidas segundo a área de interesse sobre o

conjunto documental. O titular do conjunto desenvolveu, de um lado, intensa atividade política devido a sua atuação junto ao Partido Comunista Brasileiro-PCB e, por outro lado, atuou profissionalmente, como engenheiro, no desenvolvimento de projetos relacionados à produção de energia hidrelétrica e eólica. Portanto, seu arquivo, espelhando essas atividades, foi segmentado em dois grandes conjuntos – atividade política e atividade profissional. Tentou-se estabelecer um limite entre as atividades exercidas pelo titular, através da separação dos documentos acumulados, como se fosse possível dissociar suas experiências resultantes de sua atuação no partido político das desenvolvidas por meio do trabalho no serviço público. Num outro sentido, percebemos que houve a preocupação com o destino e com o tratamento que os documentos receberiam, pois, ao entregar tais conjuntos para instituições especializadas em áreas diretamente relacionadas ao teor da documentação, imaginou-se que estes receberiam a necessária atenção. Entretanto, desfazer a unidade de um fundo e separar documentos acumulados por um único organismo contradiz, justamente, o respeito aos fundos, o que resulta em obstáculos para a elaboração da classificação.<sup>5</sup>

Um segmento do fundo Catullo Branco, relacionado a sua atividade política, foi doado ao Instituto Astrojildo Pereira, fundado por membros do PCB, em 1985, com o objetivo de debater e difundir a cultura marxista e de preservar a memória da entidade. Em 1992, o PCB mudou seu programa e, portanto, também sua denominação para Partido Popular Socialista (PPS). Nesse momento, o Instituto Astrojildo Pereira transferiu o acervo, em forma de custódia, para o Centro de Documentação e Memória - CEDEM/ UNESP e para o Arquivo Edgard Leuenroth - AEL/ UNICAMP. Um problema detectado pelos técnicos dessas instituições foi o de identificar a proveniência dos documentos, uma vez que conjuntos de diferentes origens foram agregados ao arquivo e à Biblioteca do PCB. No CEDEM, os técnicos conseguiram identificar, até onde foi possível, documentos que pertenciam ao fundo Catullo Branco. Para isso, levaram em consideração alguns aspectos observados a partir de todo o conjunto documental recebido.

Primeiro, concluíram que o Arquivo do PCB datava, principalmente, das últimas décadas do século XX, desde os anos de 1970, e que existiam alguns documentos anteriores a essa data. Esses documentos, portanto, pareciam constituir um outro conjunto documental. Outros indícios observados foram assinaturas de Catullo Branco e de seus familiares, nos documentos. A partir dessas considerações, conseguiram reunir documentos que originalmente fizeram parte do fundo Catullo Branco. Estes totalizaram duas caixas-arquivo (0,28 metros lineares) de documentos textuais com recortes de jornais, manuscritos de artigos e de manifestos redigidos por Catullo Branco, correspondência, periódicos, entre outros relacionados a sua atividade política. Constam 135 fotografias que retratam a viagem que Catullo fez com sua esposa Josefina para a ex-União Soviética e existem, ainda, 21 pastas com reproduções de fotografias das áreas urbana e rural de São Paulo, do estúdio Lindemann e Gaensly, e com santinhos de candidatos do PCB, sobre as quais se questiona se fariam parte do fundo Catullo Branco. Deve-se levar em consideração a real possibilidade da existência de

outros documentos que constituíram o arquivo de Catullo e que, uma vez incorporados ao arquivo do PCB, não permitem mais sua reintegração ao outro conjunto, por não apresentarem nenhum dos aspectos acima relacionados, que permitiriam perceber sua origem.

A documentação do PCB que está sob a guarda do AEL refere-se à acumulada pela gestão do secretário-geral, Salomão Malina, e se reflete como publicações da editora Novos Rumos, periódicos, documentos administrativos do PCB e à Biblioteca do PCB, a qual também foi incorporada à Biblioteca originalmente pertencente a Catullo Branco. Através do site<sup>6</sup> do AEL, é possível ter acesso aos títulos de folhetos e de periódicos desse conjunto e observando-os, percebemos que alguns se referem à produção de energia e às empresas do setor, portanto, fariam sentido na Biblioteca de Catullo, à qual deviam pertencer originalmente.

Também na Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros - IEB/USP existem livros que faziam parte da Biblioteca de Catullo, entretanto, neste caso não é possível identificar quais eram, pois foram incorporadas ao acervo do Instituto, sendo que não se possui listagem ou qualquer outro controle do que foi entregue pela família do titular.

Outro segmento do fundo Catullo Branco e que concerne à sua atividade profissional, foi entregue para a Companhia Energética de São Paulo – CESP<sup>7</sup>, a “título precário”<sup>8</sup>, em 08 de dezembro de 1988 e, no ano seguinte, se transformou em doação. São documentos textuais, iconográficos, cartográficos, tridimensionais e parte da Biblioteca, sendo todos documentos referentes à acumulação gerada pela atuação profissional de Catullo e, segundo Zillah Murgel Branco, este foi seu desejo.

A CESP criou, em Rio Claro, na Usina do Corumbataí<sup>9</sup>, a sala Catullo Branco, em homenagem ao engenheiro e que abrigou exposição de seus documentos. Em carta enviada à CESP, em 1992, Zillah M. Branco ressaltou que, em visita à Usina de Rio Claro, esteve na exposição, na qual notou que poucos documentos estavam expostos e também demonstrou sua preocupação sobre a possível dispersão do conjunto documental em diferentes unidades da CESP. Nesse momento, a doadora realmente apresentou a necessidade de se manter a unidade do conjunto que refletia a atividade do titular como engenheiro e, conseqüentemente, apresentava o desenvolvimento de seus projetos.

Na carta Zillah afirmou:

Fui informada de que a globalidade dos documentos reunidos por Catullo, bem como os instrumentos de trabalho por ele utilizados foram distribuídos entre várias seções de arquivo da CESP – biblioteca, mapoteca, etc – e que o material referente a Barra Bonita deverá ser exposto em outro museu, naquela região.

Se me permite, apresento uma sugestão que corresponde também à idéia que meus irmãos e primos formulam, e foi expressa no ato da entrega à CESP do acervo técnico deixado por Catullo: a de manter a unidade de todos os elementos que compuseram os seus instrumentos de trabalho, numa exposição em que o

encadeamento histórico será o eixo explicativo dos múltiplos passos que determinaram o sentido da sua vida profissional.<sup>10</sup>

Zillah M. Branco, socióloga, percebeu que a dispersão do conjunto documental resultaria na desagregação da compreensão da trajetória do titular do arquivo.

Nesse período, a CESP estava desenvolvendo o Projeto Memória CESP, quando reuniu documentos considerados de caráter histórico e, portanto, de guarda permanente e provenientes das onze (11) empresas formadoras<sup>11</sup> e do engenheiro Catullo Branco. No ano seguinte ao envio da carta de Zillah, em 1993, a técnica responsável pelo Projeto explicou que a documentação arquivística e bibliográfica produzida pelo engenheiro formaria o fundo Catullo Branco.

No Almoxarifado Central da CESP, localizado na vila Leopoldina, em São Paulo, o arquivo de Catullo Branco sofreu intervenções que objetivaram sua organização. Quando foi entregue para essa empresa, os documentos estavam acondicionados em pastas e organizados em dossiês temáticos, por assuntos e por projetos de engenharia. Em 1989, a CESP produziu um instrumento de controle, no qual se descreveram os documentos por item documental, os quais foram acondicionados em caixas–arquivo. Pelo que pudemos perceber, a organização original, por dossiês, parece ter sido respeitada, mas também sofreu intervenções, quando foram criados novos dossiês temáticos para reunir os documentos. O *clipping* sobre Catullo, possivelmente feito por sua esposa Josefina Branco, também sofreu intervenções, quando os recortes de jornais foram colados em folhas brancas.

A partir de 1998 e devido ao processo de privatização das empresas energéticas, o arquivo permanente da CESP foi transferido para a recém–criada Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento (FPHES).

### **O resgate da unidade**

O princípio de respeito aos fundos implica “...em não separar documentos provenientes de um determinado organismo, bem como em não misturar documentos provenientes de organismos diferentes...”<sup>12</sup> O arquivo de Catullo Branco passou por esses dois processos, primeiro ao ser fragmentado entre diferentes instituições e, em uma segunda etapa, quando teve parte de sua documentação incorporada a um fundo de maior dimensão.

Ao iniciar nossa pesquisa sobre a história arquivística desse fundo e ao procurarmos as outras instituições, notamos o empenho dos técnicos na tarefa de compreender a constituição do conjunto documental. As duas instituições que receberam o arquivo do PCB (CEDEM/ UNESP e AEL/ UNICAMP) destacaram que os documentos não possuíam organização arquivística e vemos, também, que novamente um fundo foi fragmentado entre

duas instituições. Essa fragmentação, talvez justificada pela grandiosidade do conjunto quanto a sua dimensão, obriga a um intenso e constante diálogo entre as duas entidades custodiadoras, processo decerto dificultado pela distância existente entre uma instituição localizada em São Paulo e a outra, em Campinas.

Foi esse diálogo que buscamos, ao iniciar o tratamento documental desse fundo. Como parte do diagnóstico, tivemos que reconstituir os passos desses fragmentos, desde sua destinação inicial, realizada através de Zillah Murgel Branco, sobrinha de Catullo Branco.

No CEDEM / UNESP, tivemos acesso à documentação textual e iconográfica, sobre a qual produzimos um instrumento de controle que está nos permitindo, com maior facilidade, estabelecer as conexões presentes entre os documentos guardados pela FPHES e pelo CEDEM. Essas relações são evidentes e nos mostram que o arquivo não deveria, realmente, ter sofrido divisões.

Percebemos isto ao constatar que a documentação de caráter político não está guardada somente no CEDEM, mas que, também entre a documentação sob a guarda da FPHES, existem rascunhos de cartas redigidas por Catullo para outros militantes comunistas e que discorrem sobre o monopólio da produção e distribuição de energia elétrica, em São Paulo; constam bandeiras do Partido Comunista Brasileiro, santinhos e folhetos de propaganda partidária, entre outros. Por sua vez, no CEDEM, há documentos relacionados mais diretamente às questões que se referem à distribuição de energia, além dos de âmbito do Partido. Não há dúvida de que essa fragmentação dificulta o trabalho do pesquisador, obrigado a percorrer diferentes instituições em busca do arquivo acumulado por uma única pessoa. Traz entraves também ao trabalho do arquivista, no que diz respeito à organização do conjunto, à sua classificação. Discutimos, neste momento, sobre a conveniência e possibilidade de estabelecer um único plano de classificação, considerando os documentos que estão sob a guarda da FPHES e do CEDEM. Neste caso, os documentos continuariam fisicamente divididos, mas retomariam sua unidade, a partir deste trabalho intelectual.

Acreditamos não somente na necessidade de se manter a unidade do conjunto documental, mas também na impossibilidade de proceder a qualquer eliminação de documentos de um arquivo pessoal ou em alguma seleção mais rígida, mesmo realizada antes da doação e com consentimento da família. Ariane Ducrot<sup>13</sup> defende a separação entre os documentos de gestão e os de criação, sendo que somente os primeiros deverão ser guardados no Arquivo. Assim, qualquer trabalho resultado de criação literária ou artística deve estar fora do arquivo. Outro exemplo de documentos que não deveriam ser guardados são os jornais, quando não estiverem diretamente relacionados a dossiês. Entretanto, todos esses documentos citados pela autora ocupam um lugar neste arquivo e foram produzidos ou acumulados por algum motivo, de modo que desconsiderá-los significaria colocar em segundo plano a trajetória do titular e sua própria seleção em relação à produção do conjunto documental. Os textos de criação também refletem as experiências do titular em todas as suas

áreas de atuação, sejam as passadas, sejam as mais recentes. Portanto, sobretudo, devemos respeitar tanto a organização documental estabelecida pelo titular, quanto a seleção que o próprio fez ao manter seu arquivo, considerando que essa prática também é representativa de sua atuação e de sua personalidade.

Devemos compreender que um arquivo pessoal difere, em muitos aspectos, de um arquivo de uma empresa, pública ou privada e, portanto, possui particularidades que devem ser respeitadas.

Uma vez que guardamos um arquivo pessoal num arquivo permanente, em decorrência de seu valor secundário, ou seja, histórico, então não devemos guardar somente os documentos de gestão. Uma seleção nesse sentido justifica-se para a guarda de documentos devido ao seu valor primário, isto é, administrativo.

Entre a documentação que Zillah Murgel Branco doou para a CESP e que agora está sob a guarda da Fundação Energia e Saneamento, estão os móveis do escritório de Catullo Branco, como cadeira, prancheta para desenho com banqueta, fichário de madeira; instrumentos de trabalho como régua T e máquina de escrever; modelos técnicos, como o de uma turbina, de transformador de energia; pás de madeira para a propulsão de energia eólica, enrolamento de motor elétrico, um capacete usado, inicialmente, durante a Revolução Constitucionalista de 1932 e, posteriormente, como equipamento de proteção individual, e uma maquete da usina de Barra Bonita. Esses objetos foram incorporados ao Museu da Energia da FPHES e sua catalogação no Banco de Dados do Museu permite resgatar a origem dos objetos, ou seja, seu titular e o doador. Outros objetos, como clichês tipográficos, utilizados por Catullo nas publicações de seus artigos e livros, estão guardados junto a seu arquivo, mas, por serem tridimensionais, justificariam a transferência para o mesmo Museu que já guarda outros objetos do mesmo conjunto. Procedendo dessa forma, acabaremos por definir que o arquivo guardará somente os documentos que não sejam tridimensionais.

Não entraremos nessa discussão, neste artigo, pois discutir o que é documento de arquivo e de museu implicaria outro foco, que não é o nosso, neste momento. Ressaltamos, entretanto, a necessidade e a obrigação que o arquivo tem de controlar a tramitação e o destino de todos os itens de um conjunto documental, já que, em não havendo a possibilidade de manter a unidade física de um fundo, deve-se, ao menos, objetivar a manutenção de sua unidade intelectual.

## Notas

---

\* Juliana Bauer de Oliveira Pimentel é arquivista na Fundação Energia e Saneamento, possui graduação em História, especialização em organização de arquivos pelo IEB/USP e pós-graduação em História, Sociedade e Cultura pela PUC/SP. Maria Blassioli Moraes é arquivista na Fundação Energia e Saneamento, possui graduação em História, mestrado em História Social pelo Departamento de

---

História/USP e especialização em organização de arquivos pelo IEB/USP – e-mail: [documentacao@fphesp.org.br](mailto:documentacao@fphesp.org.br)

- <sup>1</sup> BRANCO, Zillah Murgel. Vida e luta de Catullo Branco. In: *Política energética e crise de desenvolvimento: a antevisão de Catullo Branco*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, 285 p.
- <sup>2</sup> COSTA, Hélio B. Um depoimento histórico de Catullo Branco. In: *Política energética e crise de desenvolvimento: a antevisão de Catullo Branco*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, 285 p.
- <sup>3</sup> BRANCO, Catullo. *Energia elétrica e capital estrangeiro no Brasil*. São Paulo: Alfa Omega, 1975, 136 p.
- <sup>4</sup> Responsabilidade jurídica de guarda e proteção de arquivos, independentemente de vínculo de propriedade. *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. p. 62.
- <sup>5</sup> DUCHEIN, Michel. *O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos*. Trad. Maria Amélia Gomes Leite. Arq & Adm., Rio de Janeiro, 10-14 (1): 14-33, abr.1982 / ago.1986.
- <sup>6</sup> UNICAMP. *Sistema de Arquivos – SIARQ*. Disponível em: <[http://www.ifch.unicamp.br/ael/website-ael/iap/website-ael\\_iap\\_planilhaisad.htm](http://www.ifch.unicamp.br/ael/website-ael/iap/website-ael_iap_planilhaisad.htm)> Acesso em: 17 out. 2006.
- <sup>7</sup> A Centrais Elétricas de São Paulo S.A, CESP, foi criada em 1966 como resultado da fusão de 11 companhias energéticas. Entre 1968 e 1975, outras três companhias integraram a CESP e, em 1977, ocorreu a mudança de sua razão social, passando a denominar-se Companhia Energética de São Paulo. Em 1998, como resultado da privatização, a CESP passou por cisão, quando foram privatizadas duas empresas de geração cindidas: a Companhia de Geração de Energia Elétrica Paranapanema S.A. e a Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê, AES Tietê.
- <sup>8</sup> Memorando ADC – 042/88. Resposta redigida pela advogada Neuza Miguel Magalhães, em 01 de julho de 1989, quanto ao questionamento sobre o instrumento de doação do arquivo de Catullo Branco para a CESP. Fundo Catullo Branco. Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento.
- <sup>9</sup> A Usina do Corumbataí, inaugurada em 1895, utiliza o potencial hidrelétrico do Rio Corumbataí e do Ribeirão Claro. Em 1970, foi desativada e, em 1979, restaurada sob supervisão do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo – Condephaat, sendo oficialmente tombada em 1982. Em 1999, passou para a Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê, empresa cindida da Cesp e, no mesmo ano, veio a integrar o acervo da Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento. É um museu vivo que dispõe de uma casa de máquinas e onde os visitantes têm a oportunidade de conhecer uma Usina do século XIX, além de uma extensa área verde.
- <sup>10</sup> Carta enviada por Zillah Murgel Branco para Paulo Molina Bedran, gerente da Divisão de Documentação e Controle, CESP. Estoril, Portugal, 23 de dezembro de 1992. Fundo Catullo Branco. Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento.
- <sup>11</sup> Atualmente, os arquivos das empresas formadoras da CESP estão sob a guarda do Núcleo de Documentação e Pesquisa da Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento.
- <sup>12</sup> DUCHEIN, Michel. *O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos*. Trad. Maria Amélia Gomes Leite. Arq & Adm., Rio de Janeiro, 10-14 (1): 14-33, abr.1982 / ago.1986. p.26.
- <sup>13</sup> DUCROT, Ariane. *A classificação dos arquivos pessoais e familiares*. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>> Acesso em: 05 set. 2006.